

Resgate histórico

Educação

5 NOV 1997

CORREIO BRAZILIENSE

O Conselho Nacional de Educação começa hoje a definição da reforma do ensino médio no Brasil. Nada mais importante nem mais oportuno. O Ministério da Educação, por determinação contida na Lei de Diretrizes e Bases há pouco aprovada, apresentou proposta de reformulação curricular desse grau de ensino. Ousado talvez seja o adjetivo mais apropriado ao projeto da equipe do ministro Paulo Renato de Souza. Marca-o o signo da mudança de eixo epistemológico. E aí reside um dos grandes desafios para o êxito de sua implementação.

A proposta organiza o currículo em três áreas de conhecimento. A primeira, códigos e linguagem, engloba as disciplinas tradicionais como língua portuguesa e matemática, além de outras formas de linguagem, como música, informática, teatro. A segunda, cultura e sociedade, envolve história, geografia, sociologia e filosofia. A última, ciências e tecnologia, abrange física, química e biologia.

É uma mudança de eixo na apresentação do conhecimento. Baseia-se na organização não lógica do saber, que dá precedência à ordem psicológica sobre a lógica. O conteúdo ensinado na escola fica diluído em diferentes áreas. (Hoje, está concentrado em disciplinas.)

Para concretizar a mudança de para-

digma, é imprescindível ir além do papel. Precisa-se, antes de tudo, qualificar o corpo docente. Os professores estão preparados para ensinar disciplinas. São os especialistas em português, matemática, biologia, química. A proposta vai exigir profissionais capazes de transitar por áreas de conhecimento, mais versáteis e eficientes. É uma guinada de 180 graus. E, ao que tudo indica, o professor está inocente no processo.

Foi o que ocorreu em 1971. A Lei 5.692/71 organizou o currículo em áreas de estudo. Tornou obrigatório o ensino profissionalizante. Não deu certo. Um dos responsáveis pelo fracasso foi, sem dúvida, o despreparo do professor aliado à precária infra-estrutura da escola.

Os participantes da reunião que agora se inicia têm obrigação moral de não incorrer no mesmo erro. Por uma razão simples. Sem debate democrático do assunto, a reforma de 1971 foi imposta de cima para baixo. A de agora pode ser diferente. Pela primeira vez no Brasil se discute a reforma do ensino médio. Especialistas de diferentes tendências vão analisar a proposta do MEC. É chegada a hora, talvez, de resgatar a dívida histórica. O primeiro passo da quitação — sem dúvida o mais importante — é investir no professor. Nenhuma reforma pode dar certo se o responsável por sua implantação estiver despreparado.